

Economia

O BRASIL E O MUNDO

“Existe melhor maneira de perder tempo e dinheiro”

Esta foi a reação de um banqueiro europeu, resumindo a opinião de seus colegas, ao saber dos planos mirabolantes de Sarney para o Nordeste.

O novo objetivo do presidente José Sarney, de mudar o perfil da infra-estrutura econômica do País, buscando dar prioridade a projetos como o da construção da Ferrovia Norte-Sul ou da Usina Siderúrgica do Maranhão dificilmente terá apoio externo. O sistema bancário internacional, principalmente aqui na Europa, vê com grande relutância essa nova orientação do governo de Brasília.

Ainda ontem, um banqueiro francês, representante de um dos bancos europeus mais envolvidos com a dívida externa brasileira, afirmou que “existe melhor maneira, inclusive mais agradável, de perder tempo e dinheiro”. Se esse projeto depender de investimentos externos, poderá ficar no papel, pois os investidores estrangeiros têm preferência pelo sul do País, eixo Rio-São Paulo.

Segundo o banqueiro, hoje em dia qualquer novo investimento será dirigido para setores mais modernos da indústria de exportação e não para a siderurgia ou mesmo outro setor da indústria pesada. Afirmou ainda que quem imagina, neste momento, que algum investidor estrangeiro possa estar interessado em aplicar na área siderúrgica no Nordeste, desconhece a realidade financeira internacional. Ele criticou também o sistema brasileiro de conversão da dívida, considerando que se trata de um mau sistema se comparado com o de outros países endividados, muito mais atrativos, razão pela qual serão beneficiados.

Ao mesmo tempo, uma outra fonte da mesma área financeira lembrava que, para a conversão de parte da dívida será necessário, antes de mais nada, o acordo de princípio do comitê de bancos. Os dois lados terão de chegar a um acordo sobre o montante e os setores de aplicação.

“Técnicamente idiota”

O acordo provisório assinado recentemente é visto sob dois ângulos. Do ponto de vista político ele é importante porque rompe com o impasse anterior e permite o reinício das negociações, mesmo que elas tenham de se desenvolver a pequenos passos. Mas, do ponto de vista técnico, o acordo é definido como “idiota”, não sendo interessante nem para o Brasil, nem para os bancos.

O fundo do problema é sempre o mesmo: os bancos não querem capitalizar uma parte dos juros, e o Brasil insiste nesse ponto. Os negociadores brasileiros e os banqueiros acabaram chegando a um meio-

termo em que cada lado fixou o que interessava, deixando de lado o que não interessava, exatamente onde se encontram as maiores dificuldades.

Quanto às dificuldades para a conclusão de um acordo global, após a votação do parlamentarismo e do mandato do presidente Sarney pela Comissão de Sistematização da Constituinte, o problema deve ser analisado paralelamente e não em conjunto.

De um lado, os banqueiros estão dispostos a negociar esse acordo o mais rapidamente possível com o governo brasileiro, independentemente da evolução do quadro político e institucional, pois o sucessor do presidente Sarney terá de assumir os compromissos de seu antecessor. Ainda assim, há preocupação da comunidade financeira internacional com a indefinição desse quadro. Teme-se, por exemplo, que com a adoção do sistema parlamentarista puro o Brasil possa caminhar rapidamente para o tão criticado regime de partidos, a exemplo do que ocorreu na França no período 1946 a 1958, quando da chamada IV República, que imobilizava o Poder Executivo.

Hoje, as grandes nações democráticas, mesmo as governadas por sistemas parlamentares, levam em conta que o Executivo precisa ser forte. Uma das únicas exceções, a Grã-Bretanha, não sofre desse mal pois a sua representação parlamentar está limitada a três partidos: Conservador (no poder), Trabalhista e Liberal. A multiplicidade partidária pode ser vista na Itália, onde as crises de governo são constantes, como a mais recente provocada pelo pequeno Partido Liberal que controla apenas dois dos votos.

Por isso, os meios financeiros internacionais admitem que as negociações em curso correm o risco de se arrastar por mais tempo do que se imagina, mesmo não sendo essa a sua meta. Para eles, o ideal seria concluir uma negociação plurianual o mais rápido possível. Mas, para isso, os bancos querem algumas garantias: o Brasil deve aceitar certos compromissos.

Os banqueiros citam um acordo com o FMI e com o Clube de Paris, e em seguida a conclusão do acordo com os bancos. Afinal, se os bancos arcam com 60% da responsabilidade da dívida brasileira, os outros 40% correspondem a créditos governamentais na área do Clube de Paris, FMI e demais organismos internacionais.

Real JÚnior, de Paris

